

Maria Eduarda de Souza Lacerda

**A CONSTITUIÇÃO DO RESPEITO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOMORAL DE CRIANÇAS**

São José do Rio Preto
2021

Maria Eduarda de Souza Lacerda

**A CONSTITUIÇÃO DO RESPEITO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOMORAL DE CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, junto ao Conselho de Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof. Dr. Raul Aragão Martins

São José do Rio Preto
2021

L131c

Lacerda, Maria Eduarda de Souza

A constituição do respeito no desenvolvimento sociomoral de crianças / Maria Eduarda de Souza Lacerda. -- São José do Rio Preto, 2022

35 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientador: Raul Aragão Martins

1 desenvolvimento sociomoral. 2. crianças. 3. Respeito. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Maria Eduarda de Souza Lacerda

**A CONSTITUIÇÃO DO RESPEITO NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOMORAL DE CRIANÇAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, junto ao Conselho de Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Raul Aragão Martins
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientador

Prof^a. Dr^a. Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Lara Cucolicchio Lucatto
UNESP – Câmpus de Rio Claro

São José do Rio Preto
25 de novembro de 2021

Gratidão a todos que me acompanharam e
contribuíram com esse período de aprendizagem e
este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais agradeço pelo apoio durante esta caminhada e, em especial minha avó pelo apreço aos meus estudos.

Ao meu orientador agradeço por compartilhar conhecimento, propor reflexões, amparar desafios e estar presente durante todo o meu percurso na graduação.

Ao IBILCE agradeço por ter sido um espaço de aprendizado, do despertar para o conhecimento científico e pela busca de aprender cada vez mais.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar a constituição do respeito no desenvolvimento sociomoral de crianças. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Desse modo, foram estudados artigos científicos e livros. Partindo das hipóteses de que por meio das relações e do tipo de ambiente em que elas acontecem será constituído o respeito pelas crianças e que o educador tem papel fundamental no desenvolvimento da autonomia moral do educando. Este trabalho conclui que o respeito é constituído e que o educador, o ambiente promovido por ele, sua linguagem e as interações sociais contribuem para essa constituição e favorecem o desenvolvimento da moral autônoma.

Palavras-chave: Desenvolvimento sociomoral. Crianças. Respeito.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the constitution of respect in the socio-moral development of children. The methodology used will be bibliographic research. Thus, scientific articles and books were studied. Based on the assumptions that through relationships and the type of environment in which they occur respect for children will be constituted and that the educator has a fundamental role in the development of the student's moral autonomy. This work concludes that respect is constituted and that the educator, the environment promoted by him, his language and social interactions contribute to this constitution and favor the development of autonomous morality.

Keywords: Socio-moral development. Kids. Respect.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O DESENVOLVIMENTO MORAL DA CRIANÇA	13
2.1	Perspectiva piagetiana	13
2.1.1	Durkheim	14
2.1.2	Bovet	17
2.2	O ambiente sociomoral e as interações	21
2.2.1	Como o respeito é constituído?	21
2.2.2	As interações e o ambiente da Creche como promotor da autonomia da criança	25
2.2.3	A linguagem do educador	28
2.2.4	Por uma formação docente que vise a autonomia do educando	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inúmeras interações ocorridas dentro de uma instituição educacional, a diversidade de sujeitos envolvidos nesse processo e a função educativa desse espaço, a escola cumpre papel fundamental na formação integral dos educandos, nos aspectos físicos, intelectuais, sociais e morais.

O problema de pesquisa que se apresenta é de descobrir como ocorre a constituição do respeito pelas crianças, tanto pelas pessoas como às regras e qual o papel da escola e do educador no desenvolvimento sócio moral dos educandos e na promoção de um ambiente cooperativo.

A hipótese inicial é de que o respeito é constituído e as características das interações entre professores e alunos e o ambiente em que se relacionam contribuem ou não para o desenvolvimento de uma moral autônoma e um ambiente cooperativo.

O objetivo geral é estudar na literatura científica como é o processo de constituição do respeito e como é possível contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos educandos. Os objetivos específicos são: estudar como ocorre a constituição do respeito pelas crianças, investigar como deve ser a atitude do educador e evidenciar sua contribuição e do ambiente promovido por ele para a constituição do respeito e o desenvolvimento de uma moral autônoma.

Entendemos que os estudos demonstrados nessa pesquisa são fundamentais para compreender como as crianças começam a respeitar, o que é o respeito e nos questionarmos quais ambientes e interações estão sendo promovidas para as crianças no ambiente escolar.

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC utilizou a pesquisa bibliográfica como ferramenta para o seu desenvolvimento. Nesse tipo de pesquisa, de acordo com Tozoni-Reis (2009, p.36) “Na pesquisa bibliográfica, vamos buscar, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido”.

Organizamos este TCC da seguinte forma: na seção 2.1 apresentamos a abordagem piagetiana sobre o tema respeito com base no livro “O juízo moral na criança”, em que Piaget expõe as contribuições dos autores Durkheim e Bovet. Na seção 2.2 apresentamos estudo recente sobre o tema respeito e estudos que tratam do desenvolvimento da moral autônoma, com ênfase no ambiente, interações e linguagem do educador, além de um artigo que aborda a formação do educador para auxiliá-lo no desenvolvimento da autonomia dos educandos.

2 O DESENVOLVIMENTO MORAL DA CRIANÇA

Apresentamos o tema desta seção em dois itens. O primeiro expõe a abordagem piagetiana sobre o tema, baseando-nos no livro “O juízo moral na criança” (PIAGET, 1932/1994) e, o segundo, apresenta estudos posteriores a publicação deste trabalho seminal de Piaget.

2.1 Perspectiva piagetiana

O desenvolvimento do ser humano é uma questão que vem sendo pensada desde os primórdios da Psicologia e um aspecto que mostra-se importante neste processo é a interação social, que por sua vez envolve vários tipos de relações. Uma delas é a forma como elas aderem ou não as normas e regulamentações sociomorais. Várias teorias procuram entender e explicar estas relações e uma delas é a que Jean Piaget elaborou a partir de uma série de pesquisas realizadas com crianças nos anos 30 do século passado (PIAGET, 1932/1994).

Piaget em sua pesquisa observou crianças participando do jogo de bolinhas e para entender esta prática as interrogou quanto à maneira de jogar e sobre a possibilidade de mutação das regras e até que ponto esta era válida. Os resultados obtidos deram origem à divisão em quatro períodos equivalentes as práticas das regras, sendo o primeiro período, motor, em que a criança busca satisfazer seus próprios desejos. O segundo período, egocêntrico, embora aceite as recomendações vindas do exterior e busque imitá-las, ainda joga para si mesmo, este período acontece entre dois e cinco anos. O terceiro período, cooperação, há busca por seguir e conhecer as normas, mas mesmo assim, encontra-se variações sobre elas entre os participantes quando questionados sozinhos, a idade é entre oito, nove anos. O quarto período, codificação das regras, entre os onze e doze anos, já ocorre a apropriação das mesmas.

Ainda pelos resultados obteve-se outra divisão, em três períodos equivalentes à consciência das regras, sendo o primeiro motor e sem coação do adulto. O segundo, auge do egocentrismo, a regra é tida como sagrada e de origem adulta. No terceiro, ela existe pelo consentimento mútuo e sua modificação acontece através dele.

No tocante as regras morais, quando no período do egocentrismo, acontece a coação adulta na relação com a criança, o que não permite um contato recíproco e ela continua considerando a ordem de origem sagrada, adulta e imutável. Nesta etapa,

a constituição das regras se dá através do respeito unilateral, este em que a criança respeita o mais velho e a consciência do dever é heterônoma, vem do outro. Na próxima etapa, a partir do terceiro estágio e através da cooperação com os demais, a constituição das regras advém do respeito mútuo e de uma consciência autônoma. Ao cooperar com o próximo, há discussões, surgem diferenças e pelo consentimento se chegará a um acordo, bem diferente de quando apenas aceitava “imitava” algo vindo do exterior.

Nesse último período consolidam-se as reais interações sociais, que são parte fundamental do processo de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano. Considerando tal importância dada a ela, esta é vista também no desenvolvimento sociomoral e na constituição do próprio respeito, em que Piaget apoia-se em Bovet, como ele expõe na sua obra sobre o desenvolvimento moral de crianças.

Por princípio e por método, Bovet conhece apenas os indivíduos. Só que, em lugar de se empenhar, como outros, numa discussão estéril sobre os limites do social e do individual, reconhece que o respeito, a consciência da obrigação e a constituição das regras supõem a interação de dois indivíduos, pelo menos. (PIAGET, 1994, p.89).

É visto duas hipóteses principais que se apresentam sobre a natureza psicológica do respeito e das regras. Desconsiderando como Kant o respeito como inexplicável por parte da experiência, existem dois autores que tentam explicar: Durkheim e Bovet. Vale ressaltar que seus resultados diferem devido aos métodos diferentes.

Será demonstrado as contribuições dos autores Durkheim e Bovet, que exporemos segundo a visão do próprio Piaget os dois autores e de Filloux o primeiro autor.

2.1.1 Durkheim

Durkheim defende que basta que os indivíduos vivam em grupo para surgir obrigações e a partir da pressão do grupo sobre o indivíduo aparecer o sentimento respeito. “Logo, a regra outra coisa não é que a condição de existência do grupo social, e, se aparece como obrigatória à consciência, é porque a vida comum transforma esta consciência em sua própria estrutura, inculcando-lhe o sentimento do respeito” (PIAGET, 1994, p.87). Ele analisou a evolução e o desaparecimento do conformismo obrigatório. Em sociedade do tipo segmentário, o conformismo chega ao auge tendo em vista que são fechadas e a tradição pressiona cada um. No entanto, à

medida que as sociedades aumentam e ocorre a divisão do trabalho social, isso resulta na diferença psicológica dos indivíduos.

O desaparecimento progressivo do conformismo pode ser percebido pelos jogadores de bolinhas entre 10 e 12 anos, que descobrem em outros grupos novas tradições para jogar, além de ir escapando do círculo familiar. Dessa forma, o que leva ao conformismo pela criança é o respeito pelos mais velhos. Assim, conforme a criança se afasta da vigilância dos adultos, a heteronomia dá lugar à autonomia como forma normal do equilíbrio social.

No entanto, é encontrado uma dificuldade metodológica em Durkheim, ou seja, o fato de seu raciocínio não considerar as diferenças de idade e de gerações.

Filloux (2010) traz do texto de 1911, intitulado “A educação, sua natureza e seu papel” publicado em Educação e Sociologia, que Durkheim se baseia na “observação histórica” para dizer que o momento de cada sociedade impõe um sistema de educação aos seus indivíduos e que o ideal do homem fixado por ela norteará a educação, esse ideal tanto nos aspectos intelectual, físico e moral. Além do mais, afirma que a sociedade só pode viver se existir entre os indivíduos uma suficiente homogeneidade. “[...] A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando, antecipadamente, na alma da criança as alianças fundamentais exigidas pela vida coletiva.” (FILLOUX, 2010, p.15). No entanto, a homogeneidade é relativa, visto que nas sociedades com divisão de trabalho, na medida que existem profissões diferentes e solidárias, uma certa heterogeneidade é imprescindível. Diante disso é demonstrado que o objetivo da educação é desenvolver no educando alguns aspectos físicos, intelectuais e morais que esperam dele a sociedade política e o meio especial ao qual ele é singularmente destinado.

Durkheim considerava que embora as bases da existência aconteçam desde cedo na família, na escola eram sistematizadas. Por isso tinha um olhar atento para escola e Universidade, pois elas davam continuação em valores, normas e saberes. Foi considerado o fato educação como estático em sua essência, mas como as sociedades mudam e a escola também, a ciência da educação deve situar essas instituições educativas dentro de uma dinâmica geral da realidade.

O modelo de sociedade moderna, marcado pela divisão de tarefas e industrialização contribui para uma diferenciação de papéis sociais e especialização das funções sociais acatando “[...] um risco de ruptura da solidariedade social” (FILLOUX, 2010, p.20), dessa forma, para Durkheim, para evitar o risco, é necessário legitimação dos direitos, responsabilidade e denominação de atores sociais.

Em seu esboço sobre o individualismo moderno, para Durkheim, o respeito pela pessoa humana é estabelecido em valor supremo, este tendo exclusividade de assegurar a coesão das sociedades industriais. “[...]afirma que, se os homens podem ainda “comungar” em algo, só pode ser no respeito do homem enquanto homem e esse respeito é o único cimento social que permanece, o único “elo social verdadeiro” (FILLOUX, 2010, p.20). Durkheim manifesta que Deus ou deuses representam para os homens a própria sociedade e o sagrado enuncia um caráter transcendente do grupo, ele conclui, dessa forma, que o homem se torna um Deus para o próprio homem. O individualismo acarretaria em mudanças sociais e políticas e que em um determinado momento o único comum entre os homens seria sua qualidade de pessoa humana, assim, se amariam e se honrariam por sua humanidade. “[...] Eis aí como o homem se tornou um “deus para o homem” e porque ele não pode mais, sem mentir a si mesmo, forjar outros deuses.” (FILLOUX, 2010, p.20). Além do mais, devido a absorção de alguma coisa da humanidade, a consciência subjetiva tem algo de divino e tem marcas de um caráter sagrado e inviolável para os demais.

Na obra “A educação moral”, Durkheim revela que uma educação moral quando não é fundada na religião ou ideologia, é fundamentada na razão. Para análise da sociedade deve ser considerado os mecanismos de integração, como vontade de viver juntos e regulação, como a submissão às normas existentes. Assim, a criança deve aprender nessas duas vertentes, considerando sua autonomia. Além do mais, a sociologia da educação fixa três elementos da moralidade para serem aprendidos na escola: “espírito de disciplina”, “vinculação aos grupos” e autonomia da vontade.

Ajudar na promoção do espírito de disciplina, no qual a criança toma gosto pela regularidade e pela disciplina a auxilia na superação do estado de anomia. Além do mais, pode contribuir não só para superar a anomia no plano social, mas também auxiliar no individual, no controle de si mesmo e na formação do caráter e personalidade, assim, é imprescindível que ensine a criança essa moderação salutar. Desse modo, a disciplina moral exerce função reguladora. A moderação salutar só é possível quando a criança reconhece a sociedade em si mesma e para si. Além disso, é demonstrado que Durkheim recorre ao pressuposto psicológico de que o homem só realiza sua natureza no âmbito de vinculação a um grupo. “[...]A vinculação ao grupo é, além disso, um dos constituintes da “vinculação ao homem enquanto homem” e, por consequência, contribui para desenvolver no indivíduo o respeito pelo outro, no seio da sociedade humanista emergente:” (FILLOUX, 2010, p.24).

Sobre a autonomia da vontade, é através dela que o indivíduo entende pela razão a necessidade da adesão aos valores supremos, fazendo assim, com que o aluno queira a moral por ele mesmo e que o mestre durkheimiano forneça a inteligência necessária e esta é perpassada pelo espírito da autonomia, compreensão e pelo sentimento daquilo que é necessário.

É mostrado que Durkheim reconhece um dilema na pedagogia moral, ou seja, que além de ensinar à disciplina, deve-se ensinar a autonomia também. É considerado a complexidade da vida moral, pois ela é constituída por elementos contrários, tais como dependência e grandeza e submissão e autonomia.

O papel dos mestres é revelado:

Numa sociedade fundada sobre valores humanistas emergentes, o mestre (e o corpo de mestres) tem também, entre outras funções, a de refletir sobre as atitudes pedagógicas que favorecem essa conciliação de fins, às vezes “contrários”, para a qual deve conduzir o processo de socialização escolar. (FILLOUX, 2010, p.25)

As atitudes do mestre em relação aos alunos é o fator essencial para a evolução de instrução e educação, além de compreender sua missão para suscitar respeito específico por partes dos alunos.

É “pelo canal da palavra, do gesto” que as “grandes ideias morais de seu tempo e de seu país”, dos quais ele é o intérprete, podem passar de sua consciência para a da criança; por consequência, essa palavra e esse gesto devem ser concebidos pelo mestre em função desse fim específico. (FILLOUX, 2010, p. 26)

Dessa forma, é necessário que os modelos pedagógicos levem em conta a psicologia da criança e que a criança naturalmente se comunica com os outros.

Dois pontos retêm particularmente a atenção no discurso durkheimiano: a influência do que ele chama de “meio escolar” sobre a educação social e cívica do aluno e a necessidade para o mestre de encontrar o meio-termo justo, entre o laissez-faire anárquico e seu próprio abuso do poder. (FILLOUX, 2010, p.26)

2.1.2 Bovet

Piaget considerou em sua obra “O juízo moral na criança” o autor Bovet; para este autor o respeito, a consciência da obrigação e a constituição das regras supõe a interação de dois indivíduos. Ele ainda questiona como aparece a consciência do dever e mostra duas condições como necessárias, a primeira é receber uma regra de outro indivíduo, essa regra é obrigatória e diferente do hábito individual e a 2ª condição

é que o indivíduo aceite a regra, respeite aquele que comunicou. É aqui que vemos sua oposição à doutrina de Kant, já que ele considera o respeito como um sentimento que se dirige à pessoa e não a regra em si mesmo. “[...] não é o caráter obrigatório da regra prescrita por um indivíduo que nos incita a respeitar esse indivíduo, é o respeito que temos por esse indivíduo que nos faz considerar como obrigatória a regra fixada por ele” (PIAGET, 1994, p.90). É visto que o sentimento do dever pelas crianças ocorre pelo respeito às instruções dos mais velhos.

Entretanto, é apresentado a questão: como a moral do dever permitirá o aparecimento da moral do bem? Bovet apresenta um duplo problema, explica que primeiramente a consciência primitiva do dever é essencialmente heterônoma, já que o dever é a aceitação das regras vindas do exterior, explica ainda que a criança entre correntes divergentes apela para sua razão para unificar a matéria moral, como escolherá entre as opções, a autonomia permanece relativa. Além do mais, ele deixa em aberto a questão de que ao lado da consciência do dever, existe uma consciência plenamente autônoma.

Piaget (1932/1994) mostra que para Bovet, na sociedade adulta, o respeito pelo homem e o respeito pela regra são indissociáveis, mas para a criança, o respeito pelo homem vem primeiro. “Logo, o respeito mergulha suas raízes em certos sentimentos inatos e resulta numa mistura *sui generis* de medo e afeição, que se desenvolve em função das relações da criança com seu ambiente adulto.” (PIAGET, 1994, p.279)

A gênese da consciência pessoal acontece por meio da razão que elabora regras morais, generaliza, as torna coerentes, estendendo-as a todos indivíduos. O indivíduo que recebe a ordem absorve as consequências. No entanto,

[...] Por outro lado, há, fatalmente, no decorrer do desenvolvimento mental, interferências das influências recebidas: as ordens entrecruzam-se, contradizem-se, mais ou menos, e, quanto mais numerosos são os indivíduos respeitados, mais aquele que respeita deve conciliar obrigações divergentes. Por conseguinte, a razão deve introduzir na consciência moral a unidade necessária: é em função deste trabalho de unificação que se conquista o senso da autonomia pessoal. (PIAGET, 1994, p.280)

Como a criança considera os adultos e as ordens ditadas por eles, claro, que eles serão inspirações para essas crianças. “[...] Mas, desde que há entrecruzamentos de influências, a razão produz hierarquias e o progresso é possível em relação às ordens anteriormente recebidas.” (Piaget, 1994, p.280). Estes desenvolvimentos se referem à consciência do dever. Bovet mantém ao lado da moral do dever, os direitos do sentimento do bem, mas sem explicar psicologicamente. “[...] É a existência deste

ideal interior próprio à noção do bem que, em última análise, garante a manutenção da autonomia da consciência:" (PIAGET, 1994, p.280).

Os sentimentos de autoridade e respeito aparecem na criança por volta dos dois anos, quando ela vê no adulto um ser igual a si, mas que o ultrapassa. É mostrado também que a criança aceita os exemplos, devido às sensações de simpatia e medo que sentem por esses adultos e que ao falar, os imitam, essa imitação se junta desde muito cedo ao sentimento da regra e obrigação.

Ora, no que se refere às regras mais primitivas, relativas ao comer, ao dormir, à higiene ou aos outros comportamentos do bebê, não há nenhuma dúvida: não é porque se desenvolvem no grupo social ambiente e em todas as famílias civilizadas que o bebê as aceita, é porque são impostas pelas pessoas maiores, ao mesmo tempo atraentes e temíveis. (PIAGET, 1994, p.282)

No decorrer dos anos, a criança passa a obedecer além das regras particulares, as regras gerais também. Além do mais, questiona o que Durkheim disse, pois se fosse do ponto de vista dele, as regras só seriam obedecidas pelas crianças se fossem observadas pelos pais e emanadas de um grupo antes de serem transmitidas para as crianças.

Dois problemas são levantados nas teses de Bovet: o respeito filial e libertação das consciências pessoais. Para ele, em nossa sociedade, basta que o indivíduo descubra pontos de vista e ideal moral além dos que já está acostumado e superior às pessoas, para que assim consiga julgar seus pais e parar de divinizá-los e liberte sua consciência para coisas novas. Assim, é possível a elevação dos deuses acima de si mesmos e passar da moral de ordem obrigatórias para a consciência autônoma através de um duplo processo: espiritualização do respeito filial e libertação das consciências pessoais.

Então, e somente então, o indivíduo tornar-se á capaz de julgar as ordens que recebeu das gerações anteriores. Desta maneira, o respeito filial poderá submeter-se ao controle da razão, e a consciência moral situar acima das pessoas um ideal de bem que transcende a todos os deveres e a todas as ordens. (PIAGET, 1994, p.283)

Piaget (1932/1994) suscita um questionamento sobre os estudos de Bovet, como a criança poderá ter uma consciência autônoma se o dever emana de outros? Esses outros principalmente sendo seus pais, assim, a criança não consegue modificar regras e julgar seus próprios pais, o que torna necessário um ideal interior, ou seja, moral do bem. Será que só a junção das influências recebidas e a razão

explicaria a moral do bem? Piaget compreende que sob a influência das contradições a razão busca o sentido dos deveres e de generalizar o seu conteúdo. No entanto, para Bovet, a razão não poderia prescrever nada. “[...]Em suma, não sairíamos da heteronomia própria ao jogo das ordens, mesmo complicando o jogo ao infinito: só um poder legislativo concedido à razão explicará a autonomia.” (PIAGET, 1994, p.284).

Para Bovet existem vestígios do respeito unilateral e de coações sempre. “Não existem iguais, senão de direito” (Piaget, 1994, p.286). Assim, o respeito mútuo nunca será apresentado em seu estado puro.

É possível perceber que a principal diferença entre os estudos sobre o desenvolvimento moral de Piaget e a teoria de Bovet é que esta última considera que o respeito unilateral permanece no respeito mútuo, ou ele se baseia no unilateral e para Piaget, o respeito mútuo deve ser distinguido do unilateral. Assim, apesar das divergências, se complementam no que diz respeito aos métodos e resultados.

Piaget (1932/1994) nos diz que Bovet deixou um caminho aberto para a prolongação de suas análises. Ele distinguiu o sentimento do dever e a consciência do bem e apresentou o respeito como uma relação de pessoa a pessoa e nos convida a concebê-lo no concreto dos estados psicológicos. Para Piaget, além do respeito unilateral (do menor para o maior), existe o respeito mútuo, esse ocorre na relação entre os pares ou quando o adulto torna-se seu igual. O medo, constituinte do respeito unilateral, no respeito mútuo, passa a ser o medo de decair para o indivíduo respeitado. Dessa forma, a necessidade de ser respeitado equilibra a de respeitar e a reciprocidade extermina os elementos de coação.

Sobre a regra, Piaget demonstra que

[...] A ordem desaparece no mesmo tempo para tornar-se acordo mútuo, e as regras livremente consentidas perdem seu caráter de obrigação externa. Bem mais, sendo a regra submissa às leis de reciprocidade, são estas mesmas leis, racionais em sua essência, que constituirão as verdadeiras normas morais. (PIAGET, 1994, p.284)

Aqui parece encaixar o papel do respeito mútuo. É possível distinguir diferentes tipos de respeito. É fato que no decorrer do desenvolvimento da criança, o respeito unilateral desempenhe papel importante, pois permite que a criança aceite as regras, isso gera a continuidade entre as gerações.

Com a idade, o respeito muda de natureza, através da cooperação,

[...] o respeito mútuo aparece, portanto, como a condição necessária da autonomia, sob seu duplo aspecto intelectual e moral. Do ponto de vista

intelectual, liberta as crianças das opiniões impostas, em proveito da coerência interna e do controle recíproco. Do ponto de vista moral, substitui as normas da autoridade pela norma imanente à própria ação e a própria consciência, que é a reciprocidade na simpatia (PIAGET,1994, p.91)

Portanto, é preciso distinguir dois grupos de realidades sociais e morais: coação e respeito unilateral e cooperação e respeito mútuo, além de considerar as linguagens dos dois autores como paralelas e não como contraditórias.

2.2 O ambiente sociomoral e as interações

Apresentamos nesta subseção trabalhos recentes que utilizaram os estudos sobre o desenvolvimento moral de Jean Piaget, que comentaremos em relação aos objetivos deste TCC.

2.2.1 Como o respeito é constituído?

Tognetta, Martinez e Daud (2017) publicaram um livro “Respeito é bom e eu gosto! O valor do respeito. Será exposto nesta seção as contribuições do primeiro capítulo de acordo com os objetivos deste trabalho.

Tognetta, Martinez e Daud (2017) revelam que a ausência do respeito deve ser observada pelas formas em que se revela, como a violência, o bullying e a indisciplina. Os autores buscam mostrar que para que haja respeito na escola é preciso compreender o respeito não apenas como valor em si, mas como investimento para algo. Contribuem qualificando o respeito como sentimento, assim como arrependimento, admiração orgulho e vergonha, pois não são como os outros sentimentos, mas, categorias mais evoluídas, pois representa uma escolha afetiva e aponta uma hierarquia.

[...] posso ter vergonha de não ter um carro novo porque, afetivamente, o que escolho para me sentir realizado junto aos outros com os quais convivo é um carro novo e porque coloco o carro novo sobreposto a outros valores como a justiça ou a honestidade. (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.14)

Dessa forma, demonstram que o respeito é um sentimento moral, já que mostra legitimação por quem sente.

As concepções e estudos vão mudando as formas de compreender os fenômenos. Para os autores, antes a moral e o bem tinham como fonte Deus, mas no

oposto a concepção de bem se fundaria na liberdade, desse modo, a fonte seria a natureza interior.

Para agir bem e respeitar são necessárias algumas ações. Os autores mostram que além da razão para compreender a regra, pautaram-se em Kant (1974) de que a consciência do dever que deve motivar a ação, ele diz que a força maior é a vontade. Apontam a retomada dessa ideia feita por Piaget (1994), na qual a vontade implica investimento. Desse modo, baseados em Taylor (1998) mostram que a fonte da moral como bem seria interior e não exterior. Ao estudarem Taylor (1998) e mais autores Hutcheson, Smith (1999) revelam que para o conhecimento do bem deve ser considerado as próprias inclinações.

Tognetta, Martinez e Daud (2017) se pautam em Smith (1999) e mostram que o julgamento de uma ação não ocorre apenas pela razão, mas também pelo que sentimos, aqui, é mostrado “[...] que o bem a si é tão importante que se desejará o mesmo ao outro.” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p,17)

Para aprofundar essa explicação, os autores mencionam os estudos de Piaget (1994), para ele além da necessidade da razão para moral, é necessário “afetividade ou energia”, para ele, respeito seria um sentimento normativo, “[...] Diria ele que não haveria, assim, uma ação destituída do pensar e do sentir e que o valor, como um investimento afetivo, quando conservado, torna-nos cada vez mais evoluído” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.17/18). Dessa maneira, a autonomia foi dada como o auge da moral, pois é “[...]quando o valor é conservado e as disposições para o bem, que não são fáceis de serem dadas, são duráveis” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.18)

Os escritores também mencionaram Paul Ricoeur (1993), para ele o que faz com que mantenhamos a promessa é o esforço. Partindo desse pressuposto, os escritores dizem que respeitar o outro é um esforço, a vontade equilibrada entre o bem a mim e ao próximo, eles mostram que vontade para Piaget é a busca do equilíbrio e não do desejo.

Dessa maneira, para respeitar o outro é necessário um autorrespeito, o valor de si precisa existir para investir no valor ao outro. Tognetta, Martinez e Daud (2017) mencionam Ricoeur (1993) novamente, ele diz que a estima de si é fundada em três pilares: o amor de si, a visão de si e a confiança de si.

Em uma palavra: estimar a si remete a uma busca por ser melhor, enfim, procurar por uma imagem de mim que me satisfaça diante da hierarquia de valores que elegi como importantes. Ao mesmo tempo, me permite avaliar o que será investido para que eu fique bem comigo mesmo.” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.19)

As reflexões oportunizadas até o momento nos mostra que é necessário uma estima para que eu possa respeitar o outro. Os autores se baseiam em Adler (1955), ele diz que buscamos ser melhor devido a um sentimento de inferioridade, assim, não é a alto estima aqui defendida, mas o desejo de ser melhor, este possível quando se sente respeitado. “Esse, portanto é o sentimento anterior ao respeito ao outro e, sem ele, apenas a forma mais precária deste outro será possível” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.20)

Sem o respeito por si, o educando não respeitará seu próximo. Os autores nos mostram que para atribuir valor a si é ter oportunidade de ser sua melhor versão no pensar e sentir. Por isso que para o educando respeitar seu próximo busca-se ser proporcionado a ele que pensa e sinta. Embora mencionado que algumas vezes os professores resolvam os problemas para as crianças, é fundamental que a criança pense para ter consciência e a capacidade de generalização. Os autores pautam-se nas reflexões piagetianas (1977) de que para chegar a consciência o sujeito deve agir. Na ação mental três qualidades estão envolvidas no pensar: reconstituição, antecipação e comparação, exemplos são: quando a criança conta o que ocorreu ela está representando; quando ela propõe soluções está antecipando; quando ela sugere possibilidades, ela está comparando para selecionar alguma.

Para discutirem sobre a capacidade do sentir, pautam-se em Piaget (1945) que compreende afetividade como conjunto de interesses e emoções, estas além da alegria, tristeza, etc., mas também dos sentimentos mais elevados. O princípio de autorregulação piagetiano e dos afetos mostra que deve ser permitido ao que age que manifeste o que sente por palavras, assim, “[...] Nomear sentimentos e tê-los reconhecidos como aqueles que, junto à consciência, regulam a ação moral é permitir que o sujeito se sinta respeitado, proporcionando-lhe o que de melhor um humano pode vir a ser.” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.23).

Os autores comentam que a representação tem papel importante na gênese do respeito, já que a partir dos dois anos o bebê não valoriza mais apenas sua ação, mas passa a valorizar e reconhecer as pessoas como outro. Ao enxergar o outro, seus investimentos são no outro. As relações são com o outro como par e o outro como autoridade. Pelos pares é nutrido sentimento de simpatia, quando falta valor para atribuir ao outro, ela não faz consigo, é egocêntrica busca seus próprios desejos e interesses. Pelo adulto, respeita em uma relação de amor e medo, seja da punição ou de perder o amor desse adulto. Apontam o que Piaget (1951) revela sobre Bovet, que

esse respeito que as crianças sentem pelo adulto é anterior a qualquer noção de moral. Citam que para Piaget (1994) essa é a primeira forma de respeito, misto de amor e medo pela autoridade e não pela regra em si.

O respeito, no início concebido dessa forma passa a ser em sua evolução (caminhando para a autonomia) a mistura dos sentimentos de vergonha e admiração. A vergonha é explicada pelos autores como decorrência de uma falha real e a admiração em duas dimensões, a primeira como alguém que eu quero ser igual ou que me atribui valor e nutre-se por ele uma confiança. “[...] É pela admiração que se respeita autonomamente como forma de se sentir também respeitado.” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.25). No caso do respeito tendo como misto o amor e medo, na ausência da autoridade ocorreria o desrespeito.

Ao ser abordado a autoridade, mostram que o respeito na perspectiva autônoma é obedecer o princípio da regra e não o adulto quem fez a regra. No entanto, ele é importante, “[...] Quando à autoridade, nem a maior das inocências acreditaria que ela não estará mantida: é o adulto a autoridade que já sabe e cobra o princípio.” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.26).

Tognetta, Martinez e Daud (2017) suscitam a questão de como a criança, naquela forma de respeito com o misto de amor e medo, vai escolher aceitar as regras? Pelo princípio moral, obediência ou satisfação pessoal? Já que é egocêntrica. É apontado que no princípio como a consciência é heterônoma, a escolha do pequeno é obediência cega ou egocentrismo. Quando os autores supõem que o respeito possa ser ensinado, mencionam que Piaget (1994) discorda e propõe que se conheça como é a formação do respeito pelo indivíduo. Os autores demonstram que para Piaget a primeira forma de respeito com os sentimentos de amor e medo é o respeito unilateral, respeitam por obediência e a segunda forma é o respeito mútuo, possibilitado pela cooperação “[...] (em seu sentido maior de diálogo, de possibilidade de ir e vir em pensamentos para se chegar a ver mais de uma forma de resolver um problema)” (TOGNETTA; MARTINEZ; DAUD, 2017, p.27), esse sentimento é o sentimento de bem.

Querer que os alunos respeitem a regra pela regra, como dito pelos autores, faz com que eles permaneçam heterônomos. A coerção adulta, castigos e punições reforçam a heteronomia e o respeito unilateral. Para o alcance da autonomia os estímulos devem ser para que os educandos vivenciem as consequências de suas ações.

2.2.2 As interações e o ambiente da Creche como promotor da autonomia da criança

Leite (2020) realizou um estudo em sua dissertação de mestrado em que buscou analisar as interações na creche e o papel do professor como mediador do desenvolvimento moral da criança. Um dos seus objetivos específicos foi como produto um guia sobre a importância da mediação do professor na construção da moralidade. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, visando compreender se a reorganização do ambiente contribuiria para as interações e o desenvolvimento da moral de crianças de 2 a 3 anos. Para a produção do guia de orientação com intervenções que favoreçam o desenvolvimento moral foi necessário observação e proposto para os educadores intervenções entre as crianças e considerações de suas próprias intervenções com as crianças. Foi feita uma modificação no espaço, e, elaborado um questionário abordando qual a visão dos educadores sobre seu papel no desenvolvimento moral da criança. Também foi utilizada revisão bibliográfica.

Compreender esse desenvolvimento cognitivo, social e motor é algo fundamental para planejar ações educativas que contribuam para a aprendizagem da criança. Entretanto, nem sempre o professor possui conhecimentos necessários sobre o desenvolvimento moral de uma criança, não compreendendo, portanto, que as inúmeras relações que ocorrem na escola são permeadas pela moralidade, e que o planejar e o refletir sobre as mediações realizadas por ele, podem ser determinantes nessa fase inicial de formação moral da criança, modificando seu comportamento no cotidiano da escola e trazendo consequências além dos muros escolares. (LEITE, 2020, p.34)

A autora se respaldou nos estudos de Piaget, reafirmando que para o desenvolvimento moral, embora as interações e o ambiente sejam muito importantes, também é necessário considerar o egocentrismo do pensamento infantil. Neste, a criança por não possuir recursos psicológicos vê o mundo unicamente a partir de sua perspectiva, além disso, ele interfere negativamente no desenvolvimento da autonomia e também dificulta a coordenação de vários pontos de vista ao mesmo tempo.

O caminho percorrido pela criança da pré-escola é da anomia para heteronomia e será possível alcançar a autonomia dependendo das interações de cooperação e respeito mútuo que será vivenciada dentro da escola, entretanto, o que acontece na escola é o oposto.

Leite (2020) baseada nas investigações de Piaget (1994), sobre a evolução da noção de justiça, mostra que na justiça retributiva, existem dois tipos de sanções que são aplicadas, a expiatória e a por reciprocidade; Sendo que a por reciprocidade tem relação com o conteúdo da sanção e o ato a ser sancionado e a expiatória não apresenta tal relação, mas visa ser proporcional a gravidade da falta e o sofrimento imposto pela sanção, ela não auxilia a criança a mudar seu comportamento e pode causar sentimentos negativos pela criança. Desse modo, a sanção por reciprocidade deve ser priorizada em detrimento da expiatória, pois através dela a criança poderá compreender o ponto de vista dos envolvidos e diferentes perspectivas. Algumas sugestões são trazidas baseadas em Vinha (2000), Piaget e outros estudiosos, como:

- 1) Excluir temporariamente a criança do grupo social ou da atividade que esteja realizando quando está desobedecendo às normas coerentes.
- 2) Privar a criança de alguma coisa que ela tenha estragado.
- 3) Permitir a consequência lógica (material ou nas relações interindividuais) que resulta de uma má ação num contexto natural.
- 4) Encorajar a criança a fazer a reparação.
- 5) Censurar a criança sem nenhuma punição. (LEITE, 2020, p.40).

A coação dos adultos influencia diretamente nas percepções das crianças sobre o mundo em muitos aspectos. O sentimento de justiça pode ser prejudicado pela coação do adulto, através de uma sanção injusta, a criança aprende que o respeito unilateral é o que mais vale, assim, entende que existe diferença no que respeita para aquele que é respeitado.

Leite (2020) traz ainda respaldada em Piaget (1994), que na evolução progressiva da moral da anomia para autonomia, o importante para essa evolução intelectual e moral não é só uma maturação biológica, mas também interação social, firmada na cooperação. “[...]Para tal, portanto, se faz necessário pensar em uma Educação que propicie ações de cooperação, que vise a autonomia, e não ações de coação” (LEITE, 2020, p.44). Desse modo, a criança vai ser respaldada no respeito mútuo, mudando sua postura de esperar a aprovação do adulto para agora querer ser respeitada e respeitar, uma relação recíproca.

Quando a autora aponta os estudos de Piaget (1994), mostra-se que a responsabilidade objetiva é por parte da criança mais nova e a subjetiva da mais velha, esta atingida quando a criança se afasta da coação do adulto. Na responsabilidade objetiva, a criança julga pelas consequências, na subjetiva, pela intenção.

Outro ponto lido que aborda os estudos de Piaget pela autora é sobre igualdade e autoridade, pois interferem no desenvolvimento da noção de justiça. Ele coloca que a igualdade e autoridade serão entendidas de acordo com duas formas, primeiro, a

criança de 5 a 7 anos relacionará justiça e obediência, posteriormente, entre oito e doze a noção de equidade surge. Ele ainda complementa que o sentimento de justiça pode se desenvolver por meio dos exemplos das ações dos adultos e essencialmente nas relações de respeito mútuo e solidariedade entre a criança e seus pares. Além dessas, também destaca a justiça imanente, mais presente em crianças pequenas que acreditam que as sanções vêm das próprias coisas, esta tem ligação com a sanção expiatória.

Embasada em Piaget (1994), a justiça retributiva está ligada a sanção, sendo a expiatória baseada na autoridade do adulto e a por reciprocidade à falta cometida. A criança alcançará a justiça distributiva por meio da obediência às regras, mas não mais por serem imutáveis, mas sim pelo respeito mútuo, essa substituição de noção de justiça acontece por volta dos 7 anos. Além do mais, Piaget (1994) observou três períodos do desenvolvimento da noção de justiça, sendo o primeiro da justiça retributiva aproximadamente até 8 anos tendo relação com a ordem do adulto; o igualitarismo progressivo entre os oito e onze anos, acompanhando o desenvolvimento da autonomia e por fim o último período após os 11 anos, em que a sanção não é mais utilizada da mesma forma em todos.

Para isso, as relações de coação são inevitáveis e as de cooperação, são fundamentais, uma vez que a criança começará a ter conhecimento das regras, e para isso, de início, vivenciará experiências de respeito unilateral e, posteriormente, de respeito mútuo, a partir do qual poderá construir a noção de cooperação. (LEITE, 2020, p.48)

Uma forma que vai auxiliar as crianças no desenvolvimento de sua moralidade é a construção e discussão pelo professor das regras com as crianças e até mesmo as consequências quando estas não forem cumpridas.

A cooperação e o respeito mútuo devem ser a base de uma relação entre professor-aluno, pois são essenciais para o desenvolvimento social e moral dos educandos. A autora pontua os estudos de De Vries e Zan (1998), em que trouxeram que mesmo com pouca idade, as crianças pequenas podem aprender as questões morais, pois o que mais importa são as experiências e em um ambiente como a escola, as relações entre adulto e criança são fundadas no respeito ou autoritarismo. Isso determinará o ambiente sócio moral. Dessa forma, o senso de moral será construído pelas crianças a partir das experiências do cotidiano e não apenas por obediência e autoridade.

Os resultados de sua pesquisa mostraram a importância da interação entre os pares e as intervenções dos professores para a gênese da moralidade e a necessidade da formação de educadores para a educação moral para auxiliar os educandos no desenvolvimento da moral autônoma e não heterônoma. Além do mais, foi visto que a organização do ambiente interfere no desenvolvimento da moral autônoma e traz a concepção de criança que os adultos possuem. Após as intervenções, o espaço foi reorganizado de forma intencional e isso contribuiu para que as crianças tivessem mais autonomia no dia a dia, além da aquisição de brinquedos e materiais, as educadoras passaram a interagir mais com as crianças e possibilitar que elas fizessem escolhas.

A partir deste trabalho, é possível perceber como é imprescindível as interações e o ambiente para o desenvolvimento da moral das crianças. Os tipos de interações e a organização do ambiente vai depender do conhecimento do educador e da comunidade escolar, pois as intervenções, a organização do espaço, as interações contribuem para o desenvolvimento da autonomia ou reforça a heteronomia. Como nos mostrou Piaget (1994), a criança pequena é heterônoma, ela depende de regras vindas do exterior e possui uma relação de respeito unilateral com os adultos, respeitando-os por amor ou medo. Tendo em vista essa compreensão da estrutura biológica dos educandos, mesmo que no início seja inevitável as relações de coação e respeito unilateral, deve ser proposto um ambiente e intervenções que as auxiliem a vivenciar situações de cooperação e respeito mútuo. Para que isso ocorra, as intervenções entre os pares devem ser estimuladas, o professor ao entender os estudos piagetianos, saberá que a noção de justiça de seus alunos é a retributiva e que ao utilizar a sanção por reciprocidade motivará eles no entendimento das consequências de seus atos e da importância das regras para o bem comum. A organização do ambiente deve estimular a autonomia, os instrumentos devem estar dispostos em uma altura que a criança possa ver, pegar, organizar, além de possuir materiais estimulantes ao seu aprendizado. Desse modo, consideramos o conhecimento a chave para intervenções que busquem a construção da autonomia.

2.2.3 A linguagem do educador

Santos (2011) realizou em seu trabalho de conclusão de curso uma pesquisa com o objetivo de identificar e evidenciar a importância da linguagem do educador na resolução de conflitos, sua repercussão e resultados na construção da autonomia em

crianças na fase pré-escolar. Além disso, buscou discutir os dois tipos de linguagem, valorativa e descritiva, apontando a importância da linguagem descritiva nesse processo de construção da autonomia.

A autora encontrou em Vinha (2006) que a linguagem do educador tem papel fundamental na sua relação com os alunos e que o tipo de linguagem que deve ser utilizada é a descritiva. Esse tipo de linguagem auxilia a criança a chegar em uma conclusão sozinha, assim, ela é encaminhada à cooperação. Em contrapartida, a linguagem valorativa emite juízo de valor e pode gerar conflito, além do mais, a crítica reforça o mau comportamento.

A existência de regras são fundamentais para a vida em sociedade. Baseada em Vinha (2006) ressalta que esses limites e regras devem ser combinados entre o grupo com antecedência e haver cobrança de limites justos.

Na educação infantil, o papel do educador é fundamental na formação moral dos educandos que estão iniciando sua vida escolar, sendo que nas interações do dia a dia, o educador vai demonstrar através de exemplos e atos as atitudes e valores. Além do mais, a autora salienta sobre o ambiente escolar baseada nos estudos de Araújo (1993), neste foi constatado que crianças expostas em um ambiente cooperativo rico em estimulações possuem maior desenvolvimento do julgamento moral e de autonomia em relação as que são expostas em ambientes autoritários. Assim como também foi constatado “Esses dados contribuíram para a compreensão da importância da organização do espaço para a interação das crianças e o desenvolvimento moral infantil” (LEITE, 2020, p.56).

A autora trouxe também apontamentos ao estudar Benetti (2009), esta complementou que há pouco planejamento na escola para educação moral, que muitas vezes entre os adultos não existem relações de cooperação e diálogo, assim, acaba-se acontecendo o mesmo em outras interações. Dessa forma, Santos salienta a necessidade de a escola estar unida em prol da educação moral.

Fundamentada em De Vries e Zan (1998), evidencia que a atitude do educador deve ser de mediador, ele deve conversar sobre o ocorrido, ter calma frente a situação, promover a segurança física dos alunos, apontar os princípios que regem nossa cultura, deixar, antes de tudo, que a própria criança sugira soluções e quando não conseguirem, auxiliá-las.

As atividades em grupo são imprescindíveis para o desenvolvimento moral da criança,

A organização dessas atividades implica na elaboração de regras, que, por sua vez, precisam ser combinadas com os alunos e lembradas, sempre que necessário, pela professora, até que sejam entendidas por todos, sempre respeitando o estágio de desenvolvimento de cada um. (SANTOS, 2011, p.18/19)

Quando estuda e expõe Piaget (1994) é possível compreender que para a promoção de um ambiente rico em diálogos e interações e para a operacionalização pedagógica desse ambiente é necessário conhecer as etapas da prática e consciência das regras e estágios evolutivos da noção de justiça.

A coleta de dados ocorreu quando participou da pesquisa de Archangelo (2010) como auxiliar na coleta de dados, realizando a observação de vinte horas direta e registro em diário de campo. Utilizou a pesquisa qualitativa, coletando dados em duas salas de Educação Infantil, pré II (4 e 5 anos) e pré III (6 anos).

A sala de aula deve ser um ambiente cooperativo e o professor deve ter compromisso com a formação ética e moral do educando, a linguagem que deve ser utilizada por ele é a descritiva, na qual o fato é exposto, o educador conversa sobre o ocorrido e não a linguagem valorativa, na qual há o envolvimento pessoal do educando, opinião e crítica. Constatou através da análise de seus dados que os educadores não conversavam em particular com os alunos envolvidos em agressões, isso acabava expondo-os aos demais, não o retiravam da situação de conflito e não conduziam à reflexão sobre seu comportamento. Além do mais, ordenavam atenção e conduziam as atividades de forma autoritária, utilizando a linguagem valorativa. Assim, foi constatado em sua pesquisa que a linguagem mais utilizada pelos educadores foi a valorativa.

[...] todo relacionamento professor – aluno é significativo, sendo assim, o educador deve valer-se sempre de diálogos adequados, verificando a maneira como as palavras utilizadas interferem diretamente no sentimento da criança. (SANTOS, 2011, p.65).

Ela trouxe em suas considerações finais a resposta de que a linguagem que deve ser utilizada pelo educador é a descritiva, e como esta é importante para o desenvolvimento da autonomia moral do educando. Aponta como necessidade um ambiente cooperativo e um projeto envolvendo todos da escola.

Tendo em vista o estímulo à moral autônoma, e como já demonstrado por Piaget que para a criança pequena a figura do adulto e através da relação estabelecida com ele que ela a princípio começará a respeitar, é importante a discussão trazida de que no ambiente educativo a linguagem utilizada pelo educador

deve ser a descritiva, pois como visto, ela auxilia no desenvolvimento da moral autônoma, pois expõe o ocorrido, válida sentimentos e promove a reflexão, pois as crianças são convidadas a proporem resoluções para os conflitos. Além do mais, será através das vivências que começarão a conhecer e viver os valores. Ressalta-se o fundamento de Santos quando ela expõe o estudo de Araújo (1993) em que é comprovado que as crianças expostas em um ambiente cooperativo possuem maior desenvolvimento da moral autônoma, assim, é necessário refletir sobre a postura do educador e escolher qual ambiente se quer promover.

2.2.4 Por uma formação docente que vise a autonomia do educando

Barrios, Araujo e Branco (2011) desenvolveram um artigo com o objetivo de refletir sobre a formação docente e suas características e apontar para uma formação continuada que vise desenvolver competências para os docentes atuarem no desenvolvimento da autonomia moral, do respeito e negociação ativa de práticas e concepções sociais.

Com base nas diretrizes educacionais de 1998, e pesquisas de Barreto (2004) e Barrios (2009), revelaram que há divergências do que seria desenvolvimento integral e que na prática, é visto o foco em alguns aspectos.

Demonstraram apoiadas em Barrios (2009) que os próprios professores apontam pouca ou nenhuma formação em relação as questões de desenvolvimento moral.

A formação do professor para a educação moral não deve ser somente a transmissão de conhecimento sobre o tema, mas sim, ser abordada tanto na formação inicial e principalmente na continuada o compromisso dos educadores com uma educação que vise formar cidadãos críticos para atuarem em sociedade. Foi apontado que o psicólogo escolar é imprescindível para auxiliar o professor em sua formação continuada.

Mais uma vez é visto a importância do meio e das interações sociais. Baseadas em De Vries e Zan (1998) mostram que as crianças podem aprender através do ambiente e as relações interpessoais ali vividas.

Barrios, Araujo e Branco (2011) apontam os estudos de Puig (1998), nestes é demonstrado que as interações que possuem mediação pela linguagem oportunizam o desenvolvimento da moral heterônoma ou autônoma, a depender das características de tais interações e reafirma os estudos de Piaget (1932/1994) de que a coação e

respeito unilateral promovem a heteronomia e a cooperação e respeito mútuo promovem a autonomia.

É apontado pelas autoras que estudam na perspectiva sociocultural construtivista e destacam o papel da mediação semiótica que ocorre através da linguagem e do afeto para o desenvolvimento moral, com ênfase no contexto histórico-social dos indivíduos. Revelam baseadas em Perrenoud (1967, 1999), que os desafios da formação continuada se relacionam com o desenvolvimento de competências profissionais.

A cooperação mais uma vez é oportunizada quando se baseiam em Branco (2003), tendo como fundamento as diferenças/ divergências e semelhanças, “[...] Esses dois níveis estão estreitamente relacionados, sendo que o último pressupõe uma participação coletiva abrangente, no sentido do bem-estar social.” (BARRIOS; ARAUJO; BRANCO, 2011, p.95)

Ao apontarem os estudos de Barreto (2004) é enfatizada a importância da análise da prática pedagógica para a formação de professores, salientando o uso da ferramenta de gravação de vídeo.

Em suas considerações finais, consideraram que não é necessário somente o conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e técnicas, mas também o desenvolvimento de competências ao professor para refletir e intervir em sua prática, na relação com seu aluno e isso ser pensado também em sua formação continuada. Além do mais, o papel do psicólogo escolar se faz importante, pois através das ferramentas próprias de seu trabalho, ele pode mediar a reflexão sobre a prática pedagógica e as relações que são estabelecidas em torno dela e também como assessor dos professores e coordenadores pedagógicos.

Este trabalho aponta para o ponto fundamental de nossa discussão que é a formação do professor, que é o elemento central do ambiente educativo. A reflexão de que sua formação deve possibilitar além do conhecimento sobre desenvolvimento moral, competências para reflexão constante em sua prática é fundamental para o compromisso com a formação humana, além da formação continuada e a presença de um psicólogo escolar. Pensamos que isso seja necessário, pois muitos de nós quando estudamos não tivemos um ambiente promotor do desenvolvimento da moral autônoma, o que acarreta que as relações entre os adultos dentro da escola não sejam muitas vezes baseadas na cooperação, assim como visto quando Santos (2011) expõe os estudos de Benetti (2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar a constituição do respeito e analisar e evidenciar o papel do educador e do ambiente no desenvolvimento sociomoral dos educandos. A partir da pesquisa bibliográfica foi descoberto que o respeito é um sentimento, que a criança pequena inicialmente não respeitará a regra por si e sim o adulto que ditou ela através da coação exercida por ele, em um misto de sentimentos de amor e medo. Esse tipo de respeito é denominado respeito unilateral, a moral dessa criança é heterônoma, ela depende das regras vindas do exterior, desse adulto que dita regras e sabe todas. Com a idade, é constituído o respeito mútuo, neste, há relações recíprocas, não será mais respeitado apenas por uma obrigação exterior, mas sim por uma motivação interior, eu respeito aquele que é um igual. A moral vista aqui é autônoma, não dependo mais daquilo que vem de fora. Além disso, é importante considerar a razão e o sentir nesse processo, o autorrespeito, a vontade do indivíduo e o respeito como investimento.

Será que é possível que todos os seres humanos atinjam a autonomia? Vimos que Piaget menciona em seu livro que para Bovet sempre há vestígios de coação e respeito unilateral. É possível considerar essa premissa quando observamos em nossa sociedade indivíduos adultos que respeitam a regra apenas na presença do chefe, da pessoa que “ditou” a regra, que só respeita regra ou combinado quando observado, não a considera como um princípio, sua motivação não é interior, não é o bem coletivo. Além disso, tem casos que só há respeito quando tem punição. É possível mudar isso? Como deve ser a formação dos indivíduos?

A partir do cenário citado no parágrafo anterior, vemos que a educação moral é um processo longo e contínuo. Para que seja atingida a moral autônoma e desenvolvido o respeito mútuo é necessário, como estudado, mesmo que a primeira forma de respeito seja o unilateral, que exista um ambiente cooperativo em que as interações visem a cooperação, que a criança descentre; mesmo que ela esteja no auge do egocentrismo vivencie situações em que se coloque no lugar do outro, que o ambiente seja planejado para que ela desenvolva sua autonomia e que o adulto, aquele respeitado, suscite reflexões sobre a regra e não apenas reforce a heteronomia da criança.

Esse adulto, o educador, deve construir as regras junto com as crianças, cobrá-las e estabelecer os limites para a convivência no ambiente educativo. Deve planejar um ambiente e atividades visando a autonomia da criança, onde os materiais são

colocados já demonstram a concepção de criança que esse adulto tem. Sua linguagem deve ser descritiva, descrevendo a situação, as regras, os sentimentos, ajudando a criança a refletir e sentir, já vimos aqui que razão e sentir são parte desse processo. Propor vivências que essa criança se autorrespeite. Além disso, foi perceptível através dos estudos trazidos que a formação continuada é importante para que este educador tenha condições de auxiliar no desenvolvimento moral, foi sugerido até a presença do psicólogo escolar.

Portanto, esperamos que a partir dos estudos trazidos e das reflexões proporcionadas pelos autores que os educadores, alunos e a sociedade possam refletir sobre as relações humanas e o sentimento respeito. A escola, principalmente, deve propor um ambiente cooperativo, relações de respeito mútuo, visar o desenvolvimento da moral autônoma. Consideramos que a peça principal desse trabalho é o adulto referência, educador que conduzirá esse processo. Educar moralmente é um processo longo, assim, a qualidade das interações faz toda diferença.

REFERÊNCIAS

- BARRIOS, Alia. ARAUJO, Claisy Maria Marinho. BRANCO, Angela Uchôa. **Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral.** 2011. 7f. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 15, Número 1, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/ij/pee/a/wqJ7SQzgfZMtnSDVmsXsZnq/?lang=pt&format=pdf>
- FILLOUX, Jean- Claude. **Émile Durkheim.** Recife: Massangana, 2010.
- NAVAS, Cassiany Amaral Navas. **A interação entre crianças na creche e o desenvolvimento do juízo moral: práticas interventivas.** 2020. 91 f. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Programa de Pós-Graduação em Docência para a educação básica Unesp, Bauru, 2020. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/191716>>.
- PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** 3.ed. São Paulo: Summus, 1994.
- SANTOS, Ana Carolina Baldo dos. **A importância da linguagem do educador no processo de construção da autonomia moral da criança pré-escolar.** 2011. 71 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2011. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/11449/120968>>.
- TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. MARTINEZ, José Maria Avelés. DAUD, Rafael Petta. **Respeito é bom e eu gosto! O valor do respeito.** Distrito Industrial: Adonis, 2017.